



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1667/15	DATA: 09/09/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 11h31min	TÉRMINO: 13h07min	PÁGINAS: 29

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

TÂNIA MARIA MARTINS SANTOS - Coordenadora da Rede de ONGs da Mata Atlântica e Rede Ambiental do Piauí - REAPI.  
SÉRGIO BRANT ROCHA - Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes - ICMBio.  
TRANVANVAN DA SILVA FEITOSA - Procurador da República no Estado do Piauí;  
JOÃO BATISTA FRNANDES - Presidente da JB Carbon S/A.  
HUGO MORILLA COELHO - Diretor do Projeto Energia Verde.

**SUMÁRIO**

Debate sobre a criação de unidade de conservação na Serra Vermelha, no Estado do Piauí.

**OBSERVAÇÕES**

Houve exibição de imagens.  
Houve exibição de vídeo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Bom dia, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destinada ao debate da criação de unidade de conservação na Serra Vermelha, Estado do Piauí.

O requerimento para a realização deste evento é de autoria minha e do Deputado Rodrigo Martins e a iniciativa é dos ambientalistas do meu Estado, que nos pediram para fazer este encaminhamento, liderados pela Profa. Tânia.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e que poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora.

Prestados estes esclarecimentos iniciais, concederei a palavra a cada convidado por até 15 minutos. Em seguida iniciaremos os debates.

Desde já agradeço a todos e peço a cada convidado que observe o tempo.

Informo aos palestrantes, Parlamentares e demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo pelo portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados.

Esta reunião está sendo gravada, por isso solicito aos palestrantes que sempre utilizem o microfone para suas intervenções. Peço ainda aos palestrantes que assinem autorização para que a Câmara publique suas exposições.

A fim de darmos início à reunião, convido para compor a Mesa os nossos expositores: Sérgio Brant Rocha, Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes; Dr. Tranvanvan da Silva Feitosa, Procurador da República no Estado do Piauí; Profa. Tânia Martins, Coordenadora da Rede de ONGs da Mata Atlântica e da Rede Ambiental do Piauí — REAPI; e João Batista Fernandes, representante da JB Carbon S/A.

Como eu já disse, esta audiência pública é uma iniciativa dos movimentos ambientalistas do Estado do Piauí e se destina a discutirmos questão relativa a uma área importante de transição entre os biomas Caatinga e Cerrado. A Profa. Tânia foi quem liderou esse movimento, e os Deputados Átila Lira e Rodrigo Martins subscreveram o requerimento.

A Serra Vermelha localiza-se próximo ao Parque Nacional da Serra das Confusões, que é uma unidade de conservação criada em 1998. Embora o Parque



tenha sido ampliado em 2010, a Serra Vermelha não foi incluída nos seus limites. Trata-se de uma região de transição, definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE como área de tensão ecológica entre os biomas Cerrado e Caatinga. A região abarca importantes remanescentes de floresta estacional decidual, que foi incluída no Mapa da Área de Aplicação da Lei nº 11.428, a Lei da Mata Atlântica.

Assim, pode-se afirmar que a Serra Vermelha é um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica no Nordeste. A região abriga alta diversidade biológica, como espécies raras de aves e diversos mamíferos.

Estudo da Universidade de São Paulo aponta a região como a de maior número de aves do Nordeste — maior número de aves do Nordeste, nessa região da Serra vermelha. O estudo foi feito pela USP. Porém, apesar de sua importância ecológica, a região vem tendo problemas de exploração de madeira e carvão vegetal e de grilagem.

Em 2009, o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Chico Mendes propuseram a criação de um parque nacional específico da Serra Vermelha, com 114.000 hectares, abrangendo os Municípios de Curimatá, Morro Cabeça no Tempo, Bom Jesus e Redenção do Gurguéia, mas a proposta não se consolidou.

Há, portanto, um esforço para a criação de unidade de conservação na área.

Em 2011, o Ministério Público Federal entrou com ação civil pública para transformar a área em unidade de conservação. O processo para a criação do parque está em tramitação desde então.

Com esta audiência pública, esperamos dirimir dúvidas e controvérsias sobre a Serra Vermelha, para, ao final, chegarmos a um entendimento que promova a conservação dessa importante região.

Agradeço aos expositores a presença e passo a palavra à Profa. Tânia, que deu início a essa mobilização.

**A SRA. TÂNIA MARIA MARTINS SANTOS** - Bom dia a todos.

Quero primeiro agradecer ao Deputado Átila e à Câmara dos Deputados por abrir este espaço para que possamos nos entender e ver se conseguimos preservar essa região, que é das mais importantes.



A região da Serra Vermelha é a última floresta do Semiárido. Estamos localizados numa região muito árida, num lugar onde há vários remanescentes, três biomas e uma floresta, portanto muito importante que seja conservada.

Eu gostaria de mostrar um pouco da história da Serra Vermelha num vídeo.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu comecei com o histórico. Até 2006, apenas uma floresta no sul do Estado, entre os Municípios de Bom Jesus, Redenção do Gurguéia, Curimatá, na região sul, quase divisa com a Bahia. A área é imensa, e toda esta área da região sul do Piauí não se consegue provar que não é pública, porque não há documentos, então são áreas públicas.

Todas estas áreas do que nós chamamos de Cerrado do Piauí começaram a ser invadidas nos anos 90.

Em 2006 foi que tivemos notícia de que a área onde ficava essa grande floresta tinha sido grilada. A empresa que conseguiu a licença do IBAMA e da Secretaria do Meio Ambiente, a JB Carbon, ficou com 114.000 hectares, a princípio, e começou a explorar a área fazendo carvão dessa floresta que tem rica biodiversidade — tudo licenciado —, com remanescentes de Mata Atlântica, de Caatinga, de Cerrado. A propósito, toda vez que o Ministério do Meio Ambiente estabelece áreas prioritárias para conservação ele inclui essa área da Serra Vermelha no mapa.

Então, este foi o início de tudo, quando eles estavam fazendo carvão em 77.947 hectares, a princípio. Era para terem chegado a 114.000, mas houve uma mobilização, e o próprio Ministério do Meio Ambiente, na época da Ministra Marina Silva, conseguiu suspender o projeto, através do IBAMA, e logo a Justiça entrou com uma ação, sobre a qual o Procurador vai falar, e foi suspenso o projeto. Isso aconteceu em 2007.

Em seguida, houve muitas brigas entre o movimento ambiental, a empresa e o Governo do Estado do Piauí, porque o Governo ficou ao lado da empresa e achou de oferecer aos ambientalistas como prêmio a ampliação de um parque vizinho, o Parque Nacional da Serra das Confusões. Esse parque tinha 500.000 hectares, e eles propuseram ampliá-lo. A região é muito inóspita, cheia de cânions, tem uma floresta... Então não houve problema para ampliá-lo. Eles indenizaram algumas



áreas e ampliaram o Parque da Serra das Confusões em mais 400.000 hectares, se não me engano.

Mas, quando se chegou às bordas da Serra Vermelha... Vejam que a ampliação da Serra das Confusões foi até ali. A área da Serra Vermelha não entrou na ampliação. Anteriormente, na briga ambiental com o Ministério, o Ministro Carlos Minc criou um grupo de trabalho para fazer o levantamento e verificar se a região merecia, se as potencialidades ambientais eram mesmo como nós dizíamos, se a biodiversidade era grande. E foi formado pelo Ministério o grupo de trabalho, envolvendo o Governo do Estado, representado pela SEMAR, um representante dos ambientalistas e quatro técnicos do Ministério. Eles escolheram os melhores técnicos e enviaram para lá.

O relatório final concluiu que, de toda a área da Serra Vermelha, a de conservação mais importante era exatamente a área que pertence à empresa JB Carbon, porque seu índice de biodiversidade é imenso, tal o número de animais que abriga, principalmente aves. A área é de recarga hídrica, superimportante, como eu disse, para o próprio Ministério do Meio Ambiente, como área prioritária para conservação.

Chegou aí, não deu. Parou. Houve novas mobilizações, contestações, inclusive uma nova ação. Eu confundi a data, foi 2011. Houve aquela ação que foi paralisada. O projeto tramitou aqui em Brasília, no Supremo Tribunal Federal... Não, regional. E a ação ficou paralisada aí. Mas quando se ampliou a Serra das Confusões, houve uma nova ação, da Procuradoria da República, para a criação do novo parque, do Parque da Serra Vermelha. O das Confusões ficava como estava, e criava-se o Parque Nacional da Serra Vermelha, que é o que reivindicamos até hoje.

Como resposta, o ICMBio alegou que já não era preciso criar o parque, porque os ambientalistas estavam contemplados com a ampliação do Parque da Serra das Confusões. Nós contestamos, porque a área mais importante para a conservação era exatamente a que ficou fora da ampliação.

Estas aqui são algumas imagens da parte de baixo da Serra, da APA do Rangel. A criação do Parque da Serra Vermelha abrangeria essa APA, e ficaria tudo numa unidade de conservação só.



A sociedade se mobilizou, criou uma campanha pelo Parque da Serra Vermelha, e continua até hoje nessa mobilização, mais de 10 anos depois. A sociedade não esqueceu, continua cobrando, principalmente o movimento ambiental, através da Rede de ONGs da Mata Atlântica, que tem 300 ONGs associadas, em campanha direta. A SOS Mata Atlântica também faz uma campanha muito grande para proteger essa área e criar o parque.

Estas são as campanhas que nós já fizemos, para mostrar os animais, para mostrar como é importante esta floresta para o Nordeste, não só para o Piauí, mas para todo o Nordeste.

Esta é a história.

E tornamos a pedir que seja criado o parque.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Eu registro a presença do Deputado Maia Filho, o Mainha, representante do Estado do Piauí, um dos Deputados que se mobilizou pela realização desta audiência pública.

Agradecemos as palavras da Profa. Tânia, que hoje coordena, no Brasil todo, o movimento em defesa da Mata Atlântica e, no Piauí, o movimento pela criação do Parque da Serra Vermelha.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Sérgio Brant Rocha, Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

**O SR. SÉRGIO BRANT ROCHA** - Boa tarde a todos.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer a iniciativa da Comissão e o convite para participar desta audiência. Saúdo a Mesa na pessoa do nobre Deputado Átila Lira.

Eu queria fazer alguns esclarecimentos simples. Hoje estou numa posição muito mais de ouvinte do que de proponente, mas vou tentar fazer um resumo do que aconteceu. Já ouvi o que disse a Profa. Tânia e vou ouvir os demais colegas da Mesa e vamos ver como nós encaminhamos este assunto.

Temos que entender, inicialmente, que a criação de qualquer unidade de conservação depende de um processo técnico e de um processo político. Eles não têm como se desatrelar, porque há uma parte meramente técnica, que são os



levantamentos, as proposições, a definição de limites e categorias mais adequadas, que leva em conta principalmente os aspectos de biodiversidade e socioeconomia, mas também há, durante a execução dessa parte técnica das propostas, uma avaliação de todos os outros interesses que incidem sobre a região e que, obviamente, competem com o nosso objetivo de criar áreas protegidas. Sabemos que esse processo não é sempre simples e fácil. Na maioria das vezes, ele é difícil, porque, obviamente, todos os interesses competem entre si, e o interesse ambiental é muitas vezes o que tem menos força para se sobrepor. O nosso papel é sempre o de valorizá-lo.

Em 2006, uma moção do CONAMA pedia um estudo para a criação de uma unidade de conservação na Serra Vermelha, e uma equipe nossa foi designada para fazer os estudos de campo. Nós avaliamos toda a região, inclusive a Serra Vermelha, e, em resumo, a conclusão final foi que, em vez de criar um novo parque, seria mais interessante ampliar um parque já existente, que era o da Serra das Confusões, vizinho.

É óbvio que consideramos nesse processo a área da Serra Vermelha, que realmente tem importância ambiental, mas ela não é a única, obviamente, porque as condições ambientais verificadas na Serra Vermelha também se encontram em regiões vizinhas.

A principal importância dessa área são as florestas decíduais, uma formação que, no planeta, especificamente no Brasil, está em franco processo de desaparecimento, porque normalmente ocorre em áreas propícias à agricultura, tem boa qualidade do solo, então são as florestas que sumiram mais rapidamente no planeta, e no Brasil isso não é diferente. Muito se fala de Mata Atlântica, mas a situação das florestas decíduais talvez esteja bem pior do que a da Mata Atlântica em si, porque a Mata Atlântica tem uma vantagem: a de baixada já se foi, mas temos Mata Atlântica em áreas montanhosas, com mais dificuldades. As áreas de floresta decidual normalmente são de fácil acesso e de fácil conversão para o processo produtivo, o que fez com que elas sofressem um processo de desaparecimento bastante acelerado.

O que aconteceu nesse processo de discussão para a ampliação? Começamos o processo com a proposta de criação de um parque nacional na Serra



Vermelha e terminamos com a ampliação do Parque Nacional da Serra das Confusões, que tinha cerca de 526.000 hectares e passou para 826.000. Mais ou menos 300.000 hectares foram agregados à área do Parque. Parte da Serra Vermelha foi incluída, parte não foi, exatamente porque o processo é uma negociação política, ao final. O Governo do Piauí tinha posição contrária à inclusão da área da Serra Vermelha no Parque Nacional, e não se cria uma unidade de conservação pelo Governo Federal sem a anuência do Governo do Estado. Isso vale para qualquer situação hoje. Nenhuma unidade de conservação federal é criada sem a prévia anuência do Estado.

Então, houve muita discussão, muita conversa. A professora conhece melhor do que eu esse processo todo. Não vou entrar no mérito dos resultados, porque, como Diretor do Instituto Chico Mendes, não me cabe discutir decisões tomadas já no âmbito da Presidência da República, cabe-me apenas cumprir o que foi decidido.

O que eu posso dizer aos senhores é que a situação da Serra Vermelha foi avaliada, inclusive em campo. Houve diferentes propostas de desenho, para se incluir ou não, para se incluir uma parcela maior ou menor. Houve discussão sobre o projeto da JB Carbon. Levantaram-se algumas dúvidas inclusive sobre as premissas do projeto, em termos de tempo de regeneração da Caatinga, essa coisa toda. Essas discussões aconteceram no âmbito técnico. Depois houve uma decisão final, política, e o Parque da Serra das Confusões foi ampliado em 300.000 hectares, um parque extremamente importante, independentemente de conservar a Serra Vermelha. É bom deixar bem claro que a Serra das Confusões é um dos tesouros que o Brasil tem, é uma área especialmente rica em biodiversidade, com uma diversidade de ambientes fantástica, que incorpora, com essa ampliação dos limites, parte dos ambientes que existem na Serra Vermelha. Isso não faz com que a Serra Vermelha não seja uma área importante, mas é importante deixar claro que ambientes semelhantes aos que existem na Serra Vermelha estão protegidos pelos limites atuais do Parque Nacional da Serra das Confusões.

A nossa posição é a de ouvir o que vai ser dito aqui hoje. E, obviamente, se houver qualquer novidade, nós vamos avaliá-la. No momento, não estamos dando andamento a criação de nova unidade de conservação lá, porque, como eu disse, em tese a decisão política já foi tomada. Mas, obviamente, estamos sempre abertos



a conversar sobre qualquer situação, a avaliar novos *inputs*. E, se houver um posicionamento diferente do Governo do Estado, obviamente tudo ficará mais fácil, inclusive para o próprio Governo do Estado de repente criar unidade de conservação naquela área. A ação não tem necessariamente que ser do Governo Federal. Nós podemos até ajudar, se for o caso, se essa for uma decisão que eles tomem, mas é preciso esclarecer que, do ponto de vista do Governo Federal, o assunto foi examinado e houve uma decisão final, implementada através de decreto do Presidente da República. Essa foi a solução aprovada pelo Governo. Houve inclusive alguma negociação no sentido de se indenizar o Estado do Piauí pelas terras públicas que foram incluídas no limite do Parque Nacional, o que é uma coisa discutível, pelo que dispõe o art. 225 da Constituição sobre a disponibilidade dessas terras. De qualquer maneira, a situação já foi efetivada. Se formos conversar, melhor conversar daqui para frente. Há alguma coisa a ser feita? Qual é a melhor solução? O que podemos fazer? De que maneira podemos nos organizar para ter algum resultado positivo?

Portanto, a minha participação aqui é muito mais no sentido de ouvir os outros colegas de Mesa, ver o que está sendo solicitado neste momento, discutir, se for o caso, as possibilidades de implementação desse projeto, e lembrar que o caso depende muito de boa vontade do Governo Estado do Piauí. Se o Governo do Estado tiver interesse, pode-se caminhar numa determinada direção. Se ele não tiver interesse, vai ser muito complicado, porque não há como impor ao Governo do Estado determinadas situações, principalmente depois dessa efetivação por parte do Governo Federal.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Agradecemos ao Dr. Sérgio Brant.

Registramos a presença dos Deputados Rodrigo Martins e Roberto Balestra.

Passo a palavra ao Dr. Tranvanvan Feitosa, Procurador da República no Estado do Piauí.

**O SR. TRANVANVAN DA SILVA FEITOSA** - Sr. Presidente, Deputado Átila Lira, e senhores membros da Mesa Diretora, agradeço o convite, em nome do Ministério Público Federal — MPF, para participar desta audiência pública, que trata



de uma discussão muito importante e muito nobre para o Estado do Piauí: a criação de uma unidade de conservação denominada pelos ambientalistas e pela sociedade piauiense de Parque Nacional da Serra Vermelha.

Obviamente, esse parque não existe. Por enquanto, ele é apenas uma vontade, um sentimento da coletividade do Piauí, que quer ter essa unidade de conservação. Mas, infelizmente, essa unidade conservação não existe.

As palestras feitas até agora demonstraram bem a riqueza que existe na região da Serra Vermelha, que é a região do Estado do Piauí com maior potencial de biodiversidade. E ela é exatamente a região que foi desprotegida. O Piauí tem outros parques nacionais extremamente importantes, mas a Serra Vermelha é a região que precisa ser protegida e que não está sendo protegida, muito pelo contrário.

As imagens exibidas das carvoarias mostram a pressão que existe sobre esse espaço territorial, que está sendo perdido e que tem um grande potencial, inclusive para o turismo sustentável. O cenário do que existe no local já foi apresentado pela Dra. Tânia Martins e pelo próprio representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio, que reconhece o potencial da Serra Vermelha.

Com relação à questão técnica, realmente não existe essa discussão. A discussão é política sobre por que não se cria essa unidade conservação. E com o que o Ministério Público Federal tem a contribuir nessa discussão sobre a Serra Vermelha?

Na região da Serra Vermelha, em 2006 ou 2007, surgiu um empreendimento, da JB Carbon, denominado Energia Verde, de manejo florestal de 78 mil hectares aproximadamente; portanto, para produzir biomassa. Esse é um empreendimento para gerar carvão, para abastecer as usinas siderúrgicas, que, por sua vez, produzem o ferro, que constrói os automóveis, etc. Então, existe todo um mercado do carvão que abastece as usinas siderúrgicas do Brasil.

A pressão sobre essa região é muito grande. Esse projeto tramitou e teve licenciamento no IBAMA. Mas a pressão da sociedade civil e dos ambientalistas trouxe essa discussão à tona, e o Ministério Público veio participar, pois tem essa atribuição constitucional. Ele se convenceu da insustentabilidade do



empreendimento e ingressou com uma ação civil pública para rever esse empreendimento.

Foi feita a revisão do estudo de viabilidade ambiental e de sustentabilidade do Projeto Energia Verde, de 78 mil hectares, denominado de manejo florestal, mas que o Ministério Público considera de desmatamento. É um desmatamento grave e irreversível para gerar lucro à base de carvão, para abastecer a usina siderúrgica.

O Ministério Público conseguiu, junto com a sociedade civil, com o próprio Poder Executivo Federal, com a Advocacia-Geral da União, rever esse empreendimento. Tanto na esfera judicial quanto na esfera administrativa, o empreendimento foi paralisado. Com a paralização em caráter definitivo, continuaram as pressões sobre essa área da Serra Vermelha.

Surgiu na coletividade do Piauí o desejo de preservar essa região, ao mesmo tempo em que o movimento contrário, o de produção de carvão, também cresceu para abastecer as usinas siderúrgicas de uma forma geral.

Paralelamente a essa ação que o Ministério Público Federal ajuizou, foram necessárias outras atitudes do Ministério Público para tentar preservar a região. Partimos, então, para a área criminal. Foram ajuizadas ações penais através de vistorias e fiscalizações do IBAMA, com a presença da Polícia Federal. Vários empresários e outras pessoas foram objeto de ações penais por crime relacionado a trabalho escravo, a trabalho degradante e a realização de desmatamento sem autorização. O Ministério Público Federal, com a ajuda dos órgãos ambientais, tanto da área federal quanto da área estadual, conseguiu identificar 78 carvoarias existentes no centro-sul do Piauí. Se se multiplicar cada carvoaria pelo número de 300 fornos, isso dá um número absurdo de carvão e de quantidade de biomassa que está sendo destruída.

Na região centro-sul, outra ação civil pública foi ajuizada pelo MPF exatamente para reprimir, para tentar proteger a Serra Vermelha. Conseguimos, através de uma ação civil pública, proibir o desmatamento naquela região, que é área de Mata Atlântica, no foco do centro-sul do Piauí, e o desmatamento através de carvoaria foi proibido pela Justiça Federal do Estado do Piauí.



Mas a pressão continuou. No dia 26 de agosto, tivemos outra operação da Polícia Federal por causa de desmatamento, com apreensão de caminhões que levavam carvão ilegalmente para outros Estados, especialmente para Minas Gerais.

Então, essa é a participação do Ministério Público Federal, através dos instrumentos que possui, que são as recomendações extrajudiciais para os órgãos públicos, e com os ajuizamento das ações.

Existe atualmente uma ação civil pública específica tentando, através do Poder Judiciário, convencer o Poder Executivo da necessidade da criação do Parque Nacional da Serra Vermelha. De que forma? De acordo com a documentação do ICMBio, do ponto de vista técnico, nada justifica a não criação dessa unidade. Em todos os documentos, do ponto de vista técnico, essa é a área de maior potencial de biodiversidade. Então, o componente político para impedir a criação pesou mais forte, e essa foi uma decisão política, como foi dito pelo ICMBio.

O Ministério Público entrou com uma ação judicial na Justiça Federal com o objetivo de conseguir uma decisão — o processo está concluso para sentença — que obrigue a reabertura dessa discussão, porque a discussão, no momento, não existe. O Parque Nacional da Serra Vermelha por enquanto é só uma ficção, é só um desejo da sociedade, mas nós esperamos que isso seja revertido. Esta é a intenção da ação civil pública: obrigar os entes, através de uma obrigação de fazer, a reabrir essa discussão, a reabrir um processo administrativo para discutir a criação de uma unidade de conservação específica, que é o Parque Nacional da Serra vermelha, que precisa ser criado.

Por que ele precisa ser criado? Por que é um desejo dos ambientalistas? Não, não é. Ele é muito mais do que um desejo, ele é uma necessidade. Esse parque nacional é uma necessidade. Ele se torna necessário para a preservação de um ambiente, que é remanescente de Mata Atlântica daquela região. A não proteção dessa área através de uma unidade de conservação vai levar à completa destruição desse ecossistema, infelizmente. Mas ainda é tempo. Esta audiência tem esses elementos. A Câmara dos Deputados pode contribuir com essa discussão, com a reabertura dessa discussão até mesmo no âmbito do Poder Executivo.

Dito isso, eu quero agradecer e também convidar todos para participar dessa discussão.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Muito obrigado, Dr. Tranvanvan.

Registro a presença do Deputado Júlio Cesar, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. Registro também a presença dos Deputados Weliton Prado, Carlos Marun e Jorginho Mello.

Passo a palavra ao Dr. João Batista Fernandes, Presidente da JB Carbon.

**O SR. JOÃO BATISTA FERNANDES** - Primeiramente, gostaria de agradecer ao Exmo. Deputado pelo convite para estar aqui. Antes de expor o nosso vídeo, eu gostaria de esclarecer algumas dúvidas, sobre alguns pontos.

Em primeiro lugar, quero dizer ao Dr. Tranvanvan que o Projeto Energia Verde não foi criado para carvão; esse era um projeto agrícola. Tínhamos uma licença de aproximadamente 40 mil hectares para o plantio de soja e fomos convidados pela então Ministra do Meio Ambiente Marina Silva a vir a Brasília, e ela pediu que se transformasse em um manejo florestal sustentável, para utilização de biomassa para geração de energia elétrica — 200 megawatts-hora —, o que iria abastecer 200 Municípios no Estado do Piauí.

Esse projeto de manejo não podia parar. Depois da aprovação dele, até que se construísse — a Tractebel Energia hoje é a maior geradora de energia privada do País e fez uma parceria conosco, a JB Carbon —, seriam aproximadamente dois anos e meio para conclusão dessa usina, e não se podia parar a colheita da vegetação, porque o prazo para ela se regenerar era de 12 anos. Hoje qualquer um pode ver que ela está perfeitamente regenerada. A árvore não foi arrancada, foi podada, e está grande de novo.

Portanto, quero apenas explicar que o carvão foi uma medida, vamos dizer, espacial e temporal, ou seja, foi só para ocupar aquele espaço. Nós tínhamos uma meta com o IBAMA, pela qual éramos cobrados. O Dr. Sérgio sabe que no manejo florestal há uma quantidade a ser retirada. E neste caso o manejo estava em 13 unidades de produção anual. Dessas 13 unidades, uma por ano tinha que ser colhida. Então, nós tínhamos a obrigação de colher, e não se tinha o que fazer com a vegetação. Por isso, foi feito carvão, temporariamente. O projeto, então, não foi criado para fazer carvão, foi criado para fazer energia com a biomassa. Quero deixar isso claro e esclarecer essa dúvida.



O segundo ponto é que, quando foi criada a extensão do Parque das Confusões, foi tirada toda a parte de Floresta Decidual, do bioma Mata Atlântica, que foi todo incluído nesta extensão. É possível verificar no mapa que se tirou toda essa parte, vamos dizer assim, de importância para o parque. Dizem que hoje restam ali 150 mil hectares, mas há apenas 40 e poucos mil hectares, ou seja, 2% ou 3% do tamanho do parque inteiro. É muito pouco o que se tem hoje. Hoje, há 40 mil e poucos mil hectares restantes, e tudo foi incluso no parque. Quero só explicar isso.

Uma outra coisa é a barriguda que apareceu ali...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Dr. João, gostaria de fazer uma pergunta, para eu entender. A área total era de 150 mil hectares?

**O SR. JOÃO BATISTA FERNANDES** - Havia mais um pouco.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - O senhor disse que era de 150 mil hectares.

**O SR. JOÃO BATISTA FERNANDES** - Não. Cento e cinquenta é o que se diz aqui. Cento e cinquenta mil hectares onde se encontra o Cerrado, que é para criação do Parque da Serra Vermelha.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - E o projeto era de 40 mil?

**O SR. JOÃO BATISTA FERNANDES** - Era de 114 mil, e só restaram 46 mil e pouco. O resto todo, toda essa quantidade foi incluída na extensão.

Como o Dr. Sérgio disse, isso foi estudado tecnicamente. Tiraram toda parte interessante, a parte para conservação ficou dentro da extensão da Serra das Confusões. Hoje, só sobrou um pedacinho da Serra Vermelha. Não é o que estão falando, porque o pessoal fala, mas não vai lá.

Inclusive, eu gostaria de exibir uma reportagem para as pessoas entenderem o que aconteceu e que não é bem assim a coisa. Tudo foi estudado, só ficou um pedacinho da Serra Vermelha, todo o restante está dentro da Serra das Confusões, está protegido.

Eu gostaria de exibir o vídeo.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. JOÃO BATISTA FERNANDES** - Eu queria convidá-los para conhecer a Serra Vermelha. Muita gente fala da Serra Vermelha, inclusive da barriguda, mas



lá não existe nem um pezinho de barriguda, nunca existiu. Fazem uma reportagem totalmente mentirosa.

Eu os convido para que deem um pulo lá e conheçam a Serra Vermelha. Lá tem estrada, sede, tem tudo direitinho. Não há problema nenhum. Não é nada do que falam. A parte que se tem interesse em preservar já foi incluída na extensão da Serra das Confusões.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Agradecemos a exposição ao Dr. João Batista.

Vamos dar início às intervenções dos Parlamentares.

Tem a palavra o Deputado Júlio Cesar.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores palestrantes, eu estava aqui pegando os dados das áreas de preservação do nosso Estado, e de repente o Presidente passou a palavra para mim, que não havia nem me inscrito.

Alguns dados me chamaram a atenção. Por exemplo, a licença da JB Carbon é para plantar 40 mil hectares, se eu entendi, dos 114 mil hectares de toda a Serra Vermelha. O restante ficou para preservação ambiental. É isso?

**O SR. JOÃO BATISTA FERNANDES** - Inicialmente, Deputado, seria para agricultura. A pedido da Ministra Marina, nós transformamos em manejo.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Eu estava aqui pesquisando todas as áreas de preservação ambiental do nosso Estado, mas lamentavelmente a página fugiu, porque toquei aqui sem querer e não estou conseguindo retornar tão rapidamente quanto eu gostaria.

Esse dado da Serra do Sol, no Estado de Roraima, é um dos mais comentados nesta Casa. Segundo o então Governador, são 17 milhões de hectares de uma área de arroz altamente produtiva naquele Estado.

Ontem à noite eu estive com o Vice-Governador de lá, que me disse que a economia do Estado entrou em parafuso, porque o Estado, que tem uma área relativamente grande e a menor população dentre os Estados da Federação brasileira, com 500 mil habitantes, tinha na produção de arroz a base principal da sua economia.



Produção de carvão. Toda empresa lá da Serra Vermelha, ou de qualquer que seja o Município do Piauí, que consiga uma autorização para desmatar, automaticamente, em vez de queimar, fará um aproveitamento econômico, seja para plantar soja, seja para reflorestar com outro tipo de floresta. Isso faz parte dos custos de implantação e de viabilidade econômica do projeto.

No caso da Serra Vermelha, chamou muita atenção a dimensão. Acho que foi o Dr. Tranvanvan quem falou inicialmente em 70 carvoeiras no Estado, depois em 300 fornos. Eu multipliquei esse valor, e o resultado foi de 21 mil fornos. Eu não sei qual é o volume e a dimensão de cada forno, não tenho essa informação, mas vejo o crescimento da agricultura no nosso Estado. Somos o terceiro maior produtor de grãos do Nordeste, estamos próximos do segundo lugar e não longe do primeiro, que é a Bahia. Acho que nós até estamos crescendo, temos uma área plantada maior. Em termos de produção e de produtividades, o Estado do Maranhão estava na nossa frente, mas nós nos aproximamos dele.

Eu vejo a economia do Piauí, hoje, fortemente baseada na produção agrícola — foram mais de 3 milhões de toneladas neste ano. Houve ano em que a produção aumentou mais de 30%, chegou a uma média de 20% a 25%. O Piauí tem o maior percentual de crescimento das áreas agrícolas do nosso País.

Questiona-se muito a Serra Vermelha, mas pelo que o Sr. João Batista disse, dos 150 mil hectares, depois programados para 114 mil hectares, foram autorizados pelo Ministério do Meio apenas 46 mil hectares para o plantio de soja. É isso? Então, todo esse carvão está sendo retirado da área autorizada pelo Ministério de Meio Ambiente?

**O SR. JOÃO BATISTA FERNANDES** - Não, Deputado. Isso foi em 2007. Desde 2007 que não se mexe lá. Estamos fazendo agora a licença para a agricultura, só para soja, só para grãos.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Eu sei, mas desmatou.

**O SR. JOÃO BATISTA FERNANDES** - Não. Nós iniciamos o desmatamento, quando a Ministra nos chamou e determinou que trocássemos para manejo. Agora, se tudo correr bem, será para plantar soja, só para plantar grãos. Só que, depois de desmatada, não há o que fazer com essa vegetação. O que todo mundo faz é queimar.



Eu queria ressaltar que todo o Cerrado hoje é queimado para plantio. São 100% de CO<sub>2</sub> que vão para a atmosfera, e ninguém fala nada. O carvão retém 70% do CO<sub>2</sub>, mas hoje, infelizmente, no Piauí, não se faz mais carvão, pelo menos até onde eu sei.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Então, eu preciso me aprofundar mais nesses questionamentos, inclusive sobre a diferença de opinião em relação a dos ambientalistas.

Empresarialmente falando, depois de autorizado pelo Ministério do Meio Ambiente, eu não vejo nenhum inconveniente em se aproveitar aquele produto que seria queimado e transformado em zero para a economia.

**O SR. JOÃO BATISTA FERNANDES** - Nós tiramos 340 hectares, menos de mil hectares, e o IBAMA está querendo multar, porque não estávamos conseguindo colher o que tínhamos que colher e porque não se iria chegar a 1 ano com uma unidade de produção completa.

Então, esses trezentos e poucos hectares colhidos hoje já estão melhores que os antigos, porque a vegetação nova está maior do que a antiga e bem verde. Ela consome CO<sub>2</sub> e produz oxigênio.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Mas como é que, de 2007 para cá, uma vegetação nova está maior do que uma natural? Ou foi replantio?

**O SR. JOÃO BATISTA FERNANDES** - Não, Sr. Deputado. O manejo florestal tem técnicas de corte. A árvore não pode ser arrancada nem cortada de qualquer maneira. Há espécies que têm que ser preservadas, e há outras que têm que ser cortadas com técnica, com certo cuidado. E é isso que permite que a regeneração seja muito forte.

Estão lá os 340 hectares, para quem quiser ver. Quem sobrevoar a área verá que a vegetação lá está bem bonita, bem viçosa.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Quando foi cortado, tinha autorização do IBAMA para fazê-lo?

**O SR. JOÃO BATISTA FERNANDES** - Tinha autorização de todos os órgãos públicos. Estava tudo certo.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Está o.k. Depois eu quero me aprofundar mais.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Tem a palavra o Deputado Rodrigo Martins.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS** - Sr. Presidente, Deputado Átila Lira, primeiramente quero parabenizar V.Exa. pela propositura desta audiência pública. Saúdo todos os convidados e enalteço a importância desta Comissão, que discute problemas relacionados ao meio ambiente como um todo, mas agora, particularmente, um do nosso Estado do Piauí.

Logo teremos outra audiência, com o objetivo de sensibilizar o Governo Federal para a criação de um novo parque ou de uma nova unidade de conservação no cânion do Rio Poti. A sugestão para a realização dessa audiência pública foi feita por mim e foi subscrita por V.Exa., Presidente.

Realmente, eu não conheço a Serra Vermelha, não tenho nenhum prejulgamento a fazer em relação à Serra Vermelha. Aceito o convite do Sr. João Batista. Aliás, quero apresentar, como encaminhamento desta audiência pública, Deputado Átila Lira, um pedido para que os membros desta Comissão, institucionalmente, façam uma visita ao local, acompanhados pelos representantes das ONGs que se fazem presentes aqui, e também dos que não se fazem presentes, bem como por representante do Ministério Público e do empresariado. Com uma visita *in loco* realmente poderemos checar a situação e acabar com esse disse me disse.

Não quero aqui fazer nenhum prejulgamento, mas também não acredito que a Rede Globo seja irresponsável ao ponto de fazer uma matéria mentirosa daquela. Também não quero dizer que a matéria do jornal agora é uma matéria falsa, uma matéria com outro tipo de intuito. Mas existem outras matérias, de outros órgãos de comunicação nacional, que falam sobre a biodiversidade daquela área. Um exemplo é uma matéria de *O Estadão*, de 2013.

É lógico que, daqui da Comissão de Meio Ambiente, nós vamos sempre defender a conservação. Não sou contrário ao progresso, desde que seja feito dentro da normatização, respeitando a legislação, respeitando a biodiversidade, com projetos agrícolas, até porque isso estimula o desenvolvimento do nosso Estado, um Estado que precisa daquilo, mas que também não pode fechar os olhos para a monocultura que tá sendo instalada, principalmente no sul e no Cerrado do Piauí.



Esses 40 hectares que hoje estão autorizados, pelo que entendi, estão ainda parados, sem nenhum tipo de intervenção. Acredito que seja importante, Deputado Átila Lira, essa visita, para que possamos fazer um juízo de valor e contribuir para resolver esse impasse. E que possamos encontrar o meio termo, se for o caso, mas lutando pela preservação da Serra Vermelha. Se não for possível a criação desse parque, que seja feita pelo menos a ampliação do Parque da Serra das Confusões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Tem a palavra o Deputado Ricardo Tripoli.

**O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI** - Presidente, quero inicialmente cumprimentar V.Exa., que, desde que assumiu a Presidência desta Comissão, tem demonstrado enorme preocupação no que diz respeito às florestas, à biodiversidade. E V.Exa. especificamente traz o tema da floresta no Estado do Piauí, o que eu acho extremamente relevante.

Muitas vezes, fala-se na Amazônia como um todo, e boa parte da opinião pública acha que a Amazônia está só localizada no Estado do Amazonas e que nós não temos biodiversidade no restante do País.

Eu participei, em 1992, da Rio 92. Foi o maior evento mundial de meio ambiente, que contou com o maior número de Chefes de Estado presentes.

De uma comitiva internacional de Parlamentares, eu ouvi uma coisa extremamente curiosa. Eles disseram que um dos maiores berços da biodiversidade do planeta era a Floresta Amazônica e que o Brasil ainda não havia identificado, segundo esses organismos internacionais, cerca de 18 mil espécies. Disseram também que nessas 18 mil espécies, provavelmente das nossas florestas, poderia estar a cura do câncer, a cura da AIDS e a cura de uma série de outras doenças.

O Brasil paga um *royalty* enorme para países que muitas vezes vêm aqui, fazem a chamada pirataria, recolhem das nossas florestas produtos, levam para fora, manipulam, e nós, depois, adquirimos isso envelopado, como se fosse um medicamento. Pagamos muito por isso, sendo que eles não pagam absolutamente nada por terem buscado matéria-prima aqui no Brasil. Isso já aconteceu com a borracha, por exemplo. Vieram aqui, levaram embora, e nós ficamos com o ônus. Agora, para dar um exemplo simples, nós comparamos pneus e outros produtos derivados da borracha.



Eu acho que o grande problema que nós temos hoje, no que diz respeito à Serra Vermelha, é o carvão. Segundo a própria COP, que é um evento mundial que acontece a cada ano sobre mudanças climáticas, é preciso evitar a utilização de combustíveis fósseis, e o carvão, queiram ou não, é um combustível fóssil de alta propagação. Os Estados Unidos, na América do Norte, estão encerrando esse episódio, porque sabem que isso causa derivações do problema do clima no planeta como um todo.

Pelas imagens que foram mostradas aqui pela Dra. Tânia, nós temos uma biodiversidade riquíssima, não só em termos de turismo, mas em termos de investimento. Imaginem os senhores aqui os institutos de pesquisa localizados na franja dessa maravilhosa biodiversidade, buscando esses experimentos científicos e trabalhando com isso, com alto valor agregado, muito mais do que vender carvão — sem sombra de dúvida, o valor deveria ser mil vezes maior. Quer dizer, nós estamos dispensando um produto básico que a Europa, a Ásia e a América do Norte não têm. Uma floresta na proporção das que nós temos no Brasil e com a qualidade dos seus subprodutos, com certeza eles não têm.

Eu acho que o grave problema que existe aqui é a questão da regularização fundiária. O Governo Federal ainda não conseguiu fazer a regularização fundiária no País. Acho que esse é o grande problema que nós temos e eu tenho certeza de que o nosso Procurador há de concordar que isso cria uma série de dificuldades para todos. Se não tiver regularização fundiária, fica muito difícil.

O segundo aspecto é que em área de Mata Atlântica não cabe manejo, isso seria exterminar uma reserva. O botânico e biólogo Mauro Barbosa dizia uma coisa curiosa. Conversei com ele há 7 anos ou 8 anos, e ele me disse: *“Olha, para regenerar uma mata, nós vamos precisar de pelo menos 80 espécies, porque uma é mais alta, outra é mais baixa; uma requer mais sol, outra, menos sol; uma mais chuva, outra, menos chuva”*. Enfim, é esse o montante. Recuperar uma área é extremamente difícil, não é uma coisa tão fácil assim.

Outra coisa que eu levo em consideração é a chamada floresta plantada, que é de eucalipto. Em várias regiões, áreas que já estão degradadas muitas vezes podem estar recepcionando, mas a simples retirada da floresta para queima, para



fazer carvão, significa subutilizar um produto que é extremamente rico, que é a floresta, sem contar os animais, sem contar todo o entorno que existe na região.

Eu acho que o Estado do Piauí perde muito, poderia estar ganhando bastante, e acho que não é com a exploração do carvão. Quem sabe o Estado do Piauí devesse buscar cientistas, técnicos, institutos de pesquisa que valorizem a riqueza natural que tem e que muitos Estados já não têm mais. Eu digo isso, porque o meu Estado tem 7% de Mata Atlântica, enquanto imagino que o Piauí, pela sua extensão, tenha uma floresta fantástica a ser explorado ainda. Os empreendedores poderiam se voltar para a exploração científica, o que eu acho que ajudaria muito.

A última coisa que quero mencionar, não sei se caberia ou não, talvez o Procurador sugerisse à entidade não governamental, ao próprio Governo do Estado, ao Ministério Público e à área empresarial, quem sabe, a realização de um TAC — Termo de Ajustamento de Conduta para cumprimento dessas normas. Eu acho que isso seria uma das saídas. Ficar no embate não vai resolver o problema. O mundo avança numa outra direção, que não a conservação pura e simplesmente.

Particpei de ONGs faz muito tempo — eu tinha 18, 19 ou 20 anos. Ajudei a fundar a própria SOS Mata Atlântica. Enfim, participei muito. Esse período de militância, a que a juventude está chegando agora — eu acho que o amadurecimento desse processo... As ONGs nos ajudaram muito a rever conceitos antigos que, muitas vezes, não traziam benefício nenhum nem para a natureza nem para o empresariado, como recurso.

Os alemães, na Rio+20, sorriam de lado a lado, porque haviam buscado experimentos científicos no Brasil. Eu identifiquei o técnico do IBAMA que fez a apreensão de um sujeito que estava levando cascas de árvore para a Alemanha — em torno de 200 ou 300 quilos de cascas de árvore: *“Estou levando essas cascas porque eles não as usam aqui e é bonito para decoração.”* O IBAMA requisitou à Polícia Federal que fosse atrás para saber o que estava acontecendo com essas cascas, que eram retiradas do Maranhão. Identificou-se que o sujeito as estava levando para um laboratório na Alemanha e fabricando um produto medicamentoso que era vendido a um preço altíssimo. Esse sujeito foi autuado, obviamente, mas quantos desses não estão hoje explorando as nossas florestas e levando as nossas riquezas embora?



Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade de participar desta audiência pública. Ela é extremamente rica no seu conteúdo. Com certeza, o Piauí não pode abrir mão de forma alguma das riquezas que possa gerar nos próximos anos para as gerações que estão chegando agora.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Muito bem, Deputado Ricardo Tripoli. A contribuição de V.Exa. foi relevante. A sua grande experiência e o seu conhecimento nessa área de meio ambiente vão nos possibilitar dar melhor encaminhamento a esta questão.

Há sugestão do Deputado Rodrigo de visitarmos *in loco*. Nós vamos prosseguir com isso — está aqui o Deputado Mainha, que, daqui a pouco, vai falar. Nós vamos ao Estado mesmo para visitar o local. Este é o ano em que o Brasil vai fazer o grande acordo mundial sobre o clima, e essa matéria vai ser objeto dos compromissos do Governo.

Na próxima semana, Dr. Tranvanvan, teremos aqui a presença da Ministra do Meio Ambiente. Ela vai falar sobre os pontos básicos que o Governo vai assumir, e a questão florestal, hoje, faz parte da agenda nacional.

O Deputado Júlio Cesar falou muito sobre a nossa economia local, que caminha para ser uma economia sobretudo de exportação, mas nós temos que cuidar desses outros compromissos. Nós temos que cuidar da preservação ambiental, para que o Piauí não seja depois penalizado por manter cuidados que tradicionalmente já estão vencidos em vários lugares do Brasil. A riqueza florestal é um bem importante para a vida.

Portanto, nós vamos promover esse encontro. Vou convidar os Deputados da Comissão, as entidades de Governo, como o Instituto Chico Mendes, o IBAMA, representantes das organizações ambientais, a exemplo da Dra. Tânia, da Fundação Rio Parnaíba — diga ao Soares que nós falamos no nome dele aqui —, a empresa, que vai nos recepcionar. O Dr. Tranvanvan vai participar ou mandar um representante. Nós vamos visitar e fazer um encontro, como a Dra. Tânia havia me sugerido. Nós vamos fazer a visita, voltar e fazer uma mesa-redonda para debater essa questão.



Um representante pediu a palavra. Identifique-se. Tradicionalmente, só os Parlamentares podem se manifestar, mas nós temos que ampliar a participação de todos.

**O SR. HUGO MORILLA COELHO** - Eu agradeço a oportunidade. Meu nome é Hugo Morilla Coelho, sou o síndico do Condomínio Fazenda Chapada do Gurgueia e Diretor do Projeto Energia Verde. Por que eu pedi para falar? Porque eu sei que há muitas informações que todos têm vontade de saber.

Nós vimos há praticamente 12 anos apanhando muito por conta dessa questão, o Projeto Energia Verde, então quero falar alguma coisa a respeito.

Nós acabamos aprendendo o que é manejo florestal e acabamos nos familiarizando com a questão das ONGs depois que o projeto foi paralisado. Nós tínhamos uma licença para desmatar 40 mil hectares — era a primeira licença —, dos 80 mil hectares que havia. São 114 mil hectares. Oitenta mil hectares estavam destinados à produção de soja. Nós pegamos a primeira licença para desmatar 40 mil hectares e plantar soja. Nessa oportunidade foi que o Ministério do Meio Ambiente nos chamou, para que mudássemos o objetivo do nosso projeto de agronegócio para manejo florestal. Foi aí que viemos a conhecer o manejo florestal, e achamos isso um negócio fantástico, porque a preservação do meio ambiente é preocupação nossa também.

Os senhores me desculpem, mas as imagens que vocês viram aí agora são imagens mentirosas. A Dra. Tânia que me perdoe, mas ela nunca pisou na Serra Vermelha. As imagens que ela tem ali são as que forneceram a ela. Ela não conhece a Serra Vermelha. A lagoa que vocês viram ali fica em Parnaguá e não na Serra Vermelha, e vocês vão constatar isso.

Então, o que acontece? Quando o Dr. Tranvanvan pega um relatório desses e vê imagens como as que vocês viram, que impressionou o Deputado Ricardo Tripoli aqui, agora, ele fica impressionado. Eu também ficaria. Se eu não conhecesse o local, ficaria impressionado também, mas essas imagens são mentirosas. Se tivessem rodado até o final a matéria que o Meio Norte fez, vocês iam ver que até o veadozinho que apareceu na matéria da Rede Globo foi pego. Aparece até a pessoa dizendo que a equipe da Rede Globo esteve lá e pegou esse veadozinho para compor o cenário da matéria.



Nós ficamos muito revoltados com isso, porque nós fizemos um investimento absurdo naquele projeto. O manejo florestal sustentável que nos foi apresentado e que nós íamos desenvolver naquela região... Imaginem que nós tínhamos mil empregados com carteira registrada na região de Morro Cabeça no Tempo, Curimatá, Redenção do Gurgueia, onde não há emprego.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Por favor, conclua.

**O SR. HUGO MORILLA COELHO** - Bom, o que eu queria deixar claro para vocês é que essa questão da Mata Atlântica é um negócio muito discutível. O Relator da lei da Mata Atlântica foi o Deputado Luciano Pizzatto. Quando ele escreveu a lei da Mata Atlântica, ele disse que faziam parte do bioma da Mata Atlântica as florestas estacionais decíduais, semidecíduais, ombrófilas e ombrófilas mistas — desde que elas estivessem dentro do bioma Mata Atlântica.

Essas florestas não fazem parte do bioma Mata Atlântica. Se estivessem inseridas no bioma Mata Atlântica, elas passariam a pertencer a ele. As florestas estacionais decíduais e semidecíduais ocorrem no Brasil inteiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Peço que conclua, porque nós temos outros oradores.

**O SR. HUGO MORILLA COELHO** - Tudo bem. Eu queria deixar bem claro isso e, principalmente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Sobre essa polêmica quanto à definição de mata atlântica, nós estamos aqui permanentemente tratando disso. Portanto, eu gostaria que V.Sa. concluísse, porque eu vou passar a palavra ao Deputado Mainha, que representa também o Governo do Estado nessa discussão.

**O SR. HUGO MORILLA COELHO** - Essa iniciativa do Deputado Rodrigo Martins de irmos fazer uma visita é importantíssima.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Nós vamos fazer a visita.

**O SR. HUGO MORILLA COELHO** - Nós gostaríamos muito que todos os senhores fossem, principalmente o Dr. Tranvanvan, para que ele visse que as imagens que ali aparecem não têm nada a ver com a realidade da Serra Vermelha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Eu esclareço que os expositores vão falar e que a Dra. Tânia, uma vez que o senhor foi muito agressivo ao reprovar o que ela falou, vai ter o direito de rebater.



Tem a palavra o Deputado Mainha, do Estado do Piauí, que também representa o Governador Wellington Dias aqui neste encaminhamento.

**O SR. DEPUTADO MAINHA** - Quero saudar o nosso Presidente.

A rigor, nós não representamos o Governador, mas entendemos que S.Exa. faz parte, é também um protagonista nessa discussão. E S.Exa., evidentemente, através de seu secretário ou de algum representante, deverá participar do próximo evento.

Sabemos que há sempre esse conflito entre ambientalistas e produtores — esse é um conflito *ad aeternum* —, e essa questão lá da Serra Vermelha, no Piauí, já é um conflito um pouco antigo. Se não me engano, o Dr. Tranvanvan já entrou com uma ação pública questionando a exploração naquele local e já aconteceram manifestações públicas atípicas na região. Geralmente, as manifestações públicas são em favor da defesa do meio ambiente, mas, na região de Bom Jesus, uma importante cidade do sul do Piauí, já houve manifestações públicas contrárias à expansão da Serra Vermelha.

O que estou dizendo aqui não significa que eu esteja a favor de um pensamento ou de uma outra tese. O que eu estou colocando é que, realmente, agora, através desta audiência pública, nós atentamos para a gravidade da situação. As partes se posicionaram de forma bastante divergente, com pontos de vista bastante controversos, e há necessidade ingente de, conforme sugestão do Deputado Rodrigo Martins, nós irmos ao Piauí, para aprofundarmos este debate e tiramos de lá uma solução racional.

É evidente que todos nós somos defensores do meio ambiente. O que não queremos é apenas que, em razão do meio ambiente, censure-se algum tipo de desenvolvimento para o Estado do Piauí. E, diante da concepção de que nós homens somos os maiores predadores da natureza, devemos ter consciência de que, se houver uma devastação, o meio ambiente não vai acabar. O meio ambiente vai continuar, mas talvez acabe a raça humana, e isso sempre nos preocupa.

Há que se ter, realmente, um esclarecimento. Essa denúncia de ocorrência de manipulação, de suposto desvio de recursos e de jogos de interesse é muito grave. Até então, eu não tinha conhecimento de que ONGs ou outras entidades defensoras do meio ambiente estivessem se utilizando desse tipo de expediente. Então, nós



devemos apurar essas denúncias. Como Parlamentares do Piauí, devemos convocar o Governador do Estado, o Instituto Chico Mendes, a Federação Nacional de Meio Ambiente e Sustentabilidade — FENAMA, o IBAMA e o Ministério Público Federal, que têm o dever e a obrigação de proteger o meio ambiente. E nós temos que dar uma solução para essa celeuma que foi aqui colocada.

Então, eu deixo aqui uma sugestão ao Deputado Átila Lira, que preside esta Comissão de Meio Ambiente: que S.Exa. já organize uma reunião dessas no Piauí e uma visita nossa à região. Nós, Parlamentares, também somos legitimamente fiscais do meio ambiente e, assim, devemos exercer uma fiscalização *in loco*, onde ouviremos o João Batista com as suas argumentações, ouviremos o Hugo e todos os setores que estão participando dessa celeuma, para chegarmos a uma decisão.

Esse litígio, Dr. Tranvanvan, já perdura há 6 anos. Até hoje não houve nenhuma solução. Por isso, considero louvável a atitude do Deputado Átila Lira de convocar esta audiência pública.

Eu confesso a V.Exas. que, quando vim para cá — desculpem-me até a ignorância —, eu não tinha ideia da dimensão do problema que se está criando lá no Piauí. E não faço sobre isso nenhum juízo de valor ainda. Eu só o farei depois que tivermos a oportunidade de conhecer a situação *in loco*, ouvir e debater melhor essa questão que, certamente, deverá ser resolvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rodrigo Martins) - Dando sequência à ordem preestabelecida pelo Presidente Átila Lira, passo a palavra à Sra. Tânia Maria Martins Santos, para que faça as suas considerações.

**A SRA. TÂNIA MARIA MARTINS SANTOS** - Eu acho que essa polêmica ainda vai continuar por muito tempo, porque nós não vamos desistir de querer conservar essa região, por inúmeros motivos, mas, principalmente, por ela ser muito rica em biodiversidade. Nós sabemos que uma floresta em pé é muito mais rentável do que se transformada em carvão, mesmo que em favor do agronegócio, o que vai enriquecer uma ou duas pessoas, enquanto há todo um conjunto de pessoas e moradias no seu entorno.

A primeira vez que estive na Serra Vermelha foi quando se originaram as primeiras reportagens. Quando eu e o André Pessoa estivemos lá pela primeira vez, logo que chegamos a Teresina, ainda com a roupa do corpo, fomos direto ao



Ministério Público Federal, atrás do Dr. Tranvanvan, para denunciar o que a gente tinha visto lá. Depois, fizemos uma incursão em âmbito nacional, procuramos muitas emissoras de tevê, rádios, jornais, denunciando essa problemática, porque vimos que estava acontecendo um genocídio lá. Os remanescentes da Mata Atlântica estavam indo embora, desrespeitando-se a lei.

Quero dizer também, Deputado Mainha, que quem tem que provar que essas ONGs são beneficiadas dessa forma, como a empresa colocou aqui através desse vídeo e dessa reportagem, são eles. Essa denúncia é antiga, vem desde a época em que houve uma audiência pública e um Deputado do Sul fez essa denúncia, mas não se consegue provar isso. Quem fez a denúncia é que deve provar, porque a gente não tem nada para mostrar. Na época, o ambientalista que estava no Ministério do Meio Ambiente, por conta das resoluções do CONAMA sobre os remanescentes de Mata Atlântica e por conta da lei, foi incisivo ao considerar que a região era importante para a conservação. E ele fez a parte dele, apenas isso. Nós também fazemos apenas a nossa parte, porque queremos o melhor para o Piauí.

Não sei se agora essa região é economicamente mais lucrativa do que se nela fosse mantida a floresta em pé, com a quantidade de espécies vegetais e animais que existem lá, mas por que a empresa não cede? Por que não recebe a indenização do próprio Governo e não transforma essa área em parque, para sua conservação, para as futuras gerações?

Nessa região sul do Piauí, o processo de desertificação já está bem avançado. Sabe-se que já existem 20 Municípios dessa região em processo de desertificação, e as voçorocas só aumentam. Destruir essa área é um prejuízo para o Estado, para o Brasil, para o mundo. É um prejuízo para as futuras gerações, para a fauna e para a flora. Por que a empresa dela não abre mão, não recebe uma indenização e transforma essa área em área de conservação? Por quê? Eu queria saber qual é o problema.

Eu encerro aqui. Espero que isso tudo aconteça, que vocês vão lá e verifiquem a situação. A gente não vai desistir. Enquanto a gente tiver forças, enquanto a gente tiver oportunidade de brigar pela preservação daquela área e de outras mais que vierem, como o Cerrado, que forem importantes para a conservação da biodiversidade, a gente vai fazer isso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rodrigo Martins) - Havendo a determinação do Deputado Átila Lira, Presidente, certamente, nós iremos conhecer o problema *in loco*.

**O SR. DEPUTADO ÁTILA LIRA** - Eles sempre propuseram que essa audiência fosse feita no Estado, mas, dada a limitação orçamentária, isso não foi possível. E a urgência deu-nos pouco tempo. Mas aproveitaremos para fazer mesa-redonda envolvendo as universidades e as pessoas interessadas, para debatermos o assunto.

Como disse o Deputado Mainha, esse era um assunto que se debatia, mas não se tinha o alcance do tamanho da polêmica, dos conflitos de ideias. Então, nós vamos fazer esse encontro lá, após a visita *in loco*, envolvendo os setores que têm participação direta na questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rodrigo Martins) - São dois os encaminhamentos, então.

Com a palavra o Sr. Sérgio Brant Rocha, para fazer as suas considerações finais.

**O SR. SÉRGIO BRANT ROCHA** - Eu quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade. O debate é sempre uma chance de enriquecer e de esclarecer coisas.

Eu gostaria de fazer um comentário com relação aos limites da área ampliada incluída no Parque Nacional da Serra das Confusões. O Sr. João Batista disse que toda a área importante para a conservação já tinha sido incluída. Não é exatamente isso. Como eu falei antes, não quer dizer que a área da Serra Vermelha não tenha importância ambiental, e o fato de ter importância ambiental não significa que necessariamente vá virar uma unidade de conservação. Mas é importante deixar claro que aquela é uma área mapeada como de extrema importância biológica e, então, é uma área que tem importância para a conservação.

O desenho do Parque da Serra das Confusões foi um acerto possível, dentro do que se podia colocar. Basicamente, toda a área de chapada da Serra Vermelha ficou fora do limite do parque, exatamente porque era a área onde se tinha interesse em fazer exploração agrícola e florestal. Então, o desenho incluiu parte da Serra Vermelha, realmente, mas isso não quer dizer que toda a área que tinha importância ambiental já esteja incluída lá. Isso não é fato e não significa que áreas de



importância ambiental não possam não estar em unidade de conservação, mas é bom deixar claro que a Serra Vermelha, principalmente a parte de chapada, a parte plana, foi toda excluída do limite da área proposta.

Eu agradeço e acho que a iniciativa de visita e de uma conversa local vai enriquecer e vai ajudar as pessoas a terem uma discussão mais sensata sobre o assunto e a chegarem a uma solução que seja mais adequada para todo mundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Rodrigo Martins) - Passo a palavra ao Procurador Tranvanvan da Silva Feitosa.

**O SR. TRANVANVAN DA SILVA FEITOSA** - Quero agradecer o convite da Comissão, do Deputado Átila Lira, do Deputado Rodrigo Martins e de toda a Comissão aqui presente. E quero dizer que o Ministério Público Federal continua presente e de pé para proteger a região da Serra Vermelha.

Em relação aos vídeos, eu sou membro do Ministério Público Federal, sou formado em Direito, mas não é preciso ser formado em Direito, não é preciso ser ambientalista para ver que o vídeo que foi exibido não corresponde a uma matéria jornalística. Trata-se de um material de natureza publicitária, nada além disso.

Em relação às imagens de carvoarias, que disseram ser imagens mentirosas, eu gostaria muito que fossem mentirosas — gostaria muito —, mas não são, meu amigo. Infelizmente, não são. Eu gostaria muito que fossem mentirosas e que aquela floresta estivesse de pé, mas, infelizmente, ela está caindo.

Agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Agradeço a participação do Dr. Tranvanvan e passo a palavra ao Sr. João Batista.

**O SR. JOÃO BATISTA FERNANDES** - Obrigado. Quero, mais uma vez, agradecer esta oportunidade. E, só para terminar, quero dizer que o Piauí hoje é o Estado do Nordeste que abriga o maior percentual de área de conservação do Nordeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Bem, eu creio que nós tenhamos atingido o objetivo, que é justamente abrir...

**O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS** - Deputada Átila Lira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Pois não, Deputado Rodrigo Martins.



**O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS** - Só para deixar algo mais prático e concreto, solicito que nossos encaminhamentos, tanto sobre a realização da visita quanto sobre a realização de uma mesa-redonda, possam ser o quanto antes definidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Vamos fazer isso imediatamente, Deputado Rodrigo. Nós vamos trabalhar nessa questão já. Essa é uma questão que já vem de muitos anos, e nós podemos fazer esse encontro lá e também nos articular com Governo do Estado, com a Secretaria do Meio Ambiente e promover um debate local sobre esse assunto, com a participação da Comissão Meio Ambiente.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Sr. Presidente, eu não sou membro desta Comissão, mas, como o assunto é de interesse do Piauí, eu fui atraído para cá. Eu queria me incluir na relação de convidados, para conhecer, para ter um melhor juízo da real situação em que se encontra a Serra Vermelha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - V.Exa. vai. Nós queremos convidá-lo.

Agradeço aos expositores a contribuição a esta temática. Agradeço à Dra. Tânia Martins, que deu início a esta conversação aqui na Comissão de Meio Ambiente; ao Sr. Sérgio Brant Rocha, que representa o Ministério do Meio Ambiente; ao Dr. Tranvanvan da Silva Feitosa, do Ministério Público, que tem um papel importante na defesa dos interesses da sociedade; e ao Sr. João Batista Fernandes, que veio justamente falar sobre o objetivo do seu projeto.

O Deputado Ricardo Tripoli falou muito bem da necessidade de nós debatermos o assunto e caminharmos para uma solução conclusiva, uma solução que possa superar esses conflitos. E este será o ano em que o Brasil vai assinar os maiores acordos de ambiente, sobretudo com relação às mudanças climáticas.

Muito obrigado a todos os presentes.

Está encerrada a reunião.